

Revista de Guimarães

Publicação da Sociedade Martins Sarmento

O CASTRO DE SABROSO (GUIMARÃES). UM ESTUDO ESPACIAL À LUZ DOS DADOS ARQUEOLÓGICOS.

LOUREIRO, Sílvia

Ano: 2001 | Número: 111

Como citar este documento:

LOUREIRO, Sílvia, O Castro de Sabroso (Guimarães). Um estudo espacial à luz dos dados arqueológicos. *Revista de Guimarães*, 111 Jan.-Dez. 2001, p. 147-182.

Casa de Sarmento
Centro de Estudos do Património
Universidade do Minho

Largo Martins Sarmento, 51
4800-432 Guimarães
E-mail: geral@csarmento.uminho.pt
URL: www.csarmento.uminho.pt



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

O CASTRO DE SABROSO (GUIMARÃES). UM ESTUDO ESPACIAL À LUZ DOS DADOS ARQUEOLÓGICOS

Sílvia Loureiro*

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objectivo a análise espacial do castro de Sabroso (Est. I, fig. 1), de forma a compreendermos a sua implantação geográfica, as relações com o meio ambiente envolvente, dentro da exploração de recursos necessários à sua subsistência e das suas possíveis áreas de influência territorial e económica.

Pese embora o castro ter sido escavado no século passado por Martins Sarmento, posteriormente por C. Hawkes (1958) e mais recentemente por Armando Coelho, Teresa Soeiro e Rui Centeno (SOEIRO et alii, 1981) consideramos importante fazer uma referência sumária aos resultados destes trabalhos e às cronologias apontadas para uma melhor compreensão do castro no espaço em que se insere.

Este trabalho divide-se em três partes. Numa primeira, faremos uma análise sucinta dos aspectos evolutivos e problemáticas da “Cultura Castreja”, tendo por base os trabalhos de C. A. Ferreira de Almeida (1983), Manuela Martins (1990; 1993-94; 1996), Armando Coelho F. Silva (1986) e J. Alarcão (1992). Na segunda parte será feito um enquadramento arqueológico do castro, onde daremos a conhecer as suas fases

* Licenciada em História, variante de Arqueologia pela Universidade de Coimbra.

de ocupação, a cultura material e a sua relação espacial com os castros da área envolvente. Na terceira parte desenvolve-se o estudo espacial do castro, em que analisaremos os seus territórios teóricos de exploração e os seus recursos disponíveis, procurando sempre que possível estabelecer uma relação com os materiais arqueológicos.

2. ASPECTOS EVOLUTIVOS DA “CULTURA CASTREJA” DO NOROESTE PORTUGUÊS

A investigação sobre a Idade do Ferro em Portugal, mas mais propriamente no NO circunscreve-se desde muito cedo aos castros através dos trabalhos pioneiros nos finais do séc. XIX de Leite de Vasconcelos e de M. Sarmiento. Desde então até aos anos 20, deste século os estudos passarão pela identificação de novos castros e de novos elementos da sua cultura material, procurando os seus modelos explicativos. Nos anos 20, Bosch Gimpera (1921) define “Cultura Castreja”, insere-a na II Idade do Ferro Peninsular e considera-a de tradição pós-hallstática com influências celtas na composição étnica das populações desta região. Estas questões apaixonaram os investigadores! Na década de 40, Santa Ollala (1946) estabelece a primeira periodização da “cultura castreja”, colocando a sua origem entre os secs. VII / V a.C. (Ferro Céltico I), fazendo-a corresponder às vagas de populações célticas portadoras da “Cultura dos Campos de Urnas”, que teriam introduzido no Noroeste a metalurgia do ferro. A fase de desenvolvimento desta “cultura”, coloca-a entre os secs. IV / I a.C. (Ferro Céltico II) com a entrada de novos elementos indo-europeus na península.

Apesar da associação da periodização da “cultura dos castros” às invasões célticas, muitos autores, como Maluquer de Motes e Lopez Cuevillas, apontaram uma certa continuidade cultural em relação à Idade do Bronze (pelo aparecimento de objectos líticos e metálicos de bronze que se integram na Idade do Ferro) e mesmo ao Calcolítico.

Todavia, o sistema cronológico da “cultura dos castros” irá apoiar-se ainda durante muito tempo na celtização do

Noroeste e na influência hallstática de alguns artefactos metálicos. A estas balizas cronológicas e culturais juntaram-se outras de carácter histórico, fundamentadas pelas fontes clássicas, como é o caso da campanha de Decimus Junius Brutus referida por Apiano.

De volta a Portugal, a partir dos anos 20, Mário Cardozo dará continuidade aos trabalhos de M. Sarmiento – por exemplo, na Citânia de Briteiros – e através duma extensa bibliografia sobre os aspectos materiais desta cultura.

Entre os anos 20 e 70, proliferam os trabalhos de escavação nomeadamente nos castros (para além da Citânia de Briteiros) de Terroso, Castro de Lanhoso, Sanfins, Monte Padrão, Sta. Luzia, Sabroso, Cividade de Âncora, Monte Mozinho e outros, que contribuem para a tentativa de demonstrar a homogeneidade da cultura material destes habitats, procurando definir-se uma área cultural própria, distinta das outras regiões peninsulares. Embora tenham sido muitas as escavações feitas entre os finais do séc. XIX e os anos 60, os resultados das escavações em Cameixa (consideradas como as primeiras com resultados estratigráficos relativamente aos castros do Noroeste peninsular) e em Sabroso constituem um ponto de referência para situar a evolução dos castros do Noroeste.

Na década de 60, Lopez Cuevillas domina o cenário com os seus trabalhos de carácter monográfico e de síntese, que, focando aspectos como a área geográfica, a arquitectura, as habitações, a escultura, a cerâmica, a ourivesaria, contribuem para conceder uma uniformidade à “Cultura Castreja”. Este autor coloca a origem desta cultura no séc. VI a.C. em coincidência com a invasão indo-europeia que introduz a metalurgia do ferro no NO.

Nos anos 70, surgem novos dados para a problemática da cronologia e evolução destes habitats. Neste sentido verifica-se um aumento do conhecimento das fases mais antigas desta “cultura” e começa a esboçar-se um modelo de desenvolvimento destas comunidades. Foi possível perceber que a

homogeneidade da Cultura Castreja que se pretendia evidenciar, não era assim tão evidente, permitindo distinguir áreas culturais diferenciadas a partir da análise da cerâmica, da estatuária, da arte ornamental, e distinguir disparidades nas cronologias de ocupação dos povoados. Maluquer de Motes (1973 e 1975) considera a “cultura dos castros” como o resultado de um processo cultural local que produz uma visível adaptação ao meio. O autor faz relacionar o desenvolvimento e as características destes habitats com o espaço geomorfológico da região, o que mostra uma nova perspectiva de abordagem da “cultura dos castros”. Recua as origens desta cultura ao Bronze Final, colocando, portanto, de lado a emergência destes povoados fortificados associada ao fenómeno das invasões célticas. Essa emergência não decorreria de fenómenos externos, mas sim dos próprios mecanismos internos de desenvolvimento cultural locais. No entanto, o esquema evolutivo que propõe é meramente hipotético, porque fundamenta as suas divisões em factos históricos, na ausência de vestígios arqueológicos seguros – a queda de Tartessos, a campanha de Decimus Junius Brutus e a pacificação do NO por Augusto (MARTINS, 1990).

Ainda nesta década as datas de C14 para os castros aparecem na definição de balizas cronológicas. A primeira datação é feita no castro de Borneiro (Corunha), que aponta o início desta cultura para 520 a.C. Mas as datações obtidas posteriormente vieram provar a verdadeira amplitude desta “cultura” no NO peninsular, demonstrando sua ocupação no Bronze Final.

E apesar de se defender hoje a emergência deste tipo de povoados seguramente anterior ao séc. V a.C., as opiniões divergem. Alguns autores, com base nas datações de Borneiro, Penarrubia e nos materiais mais antigos de Castromao, O Neixón e Sto. Estevão da Facha (FARIÑA BUSTO et alii, 1983 e ALMEIDA, 1983) fixaram o início desta “cultura” nos sécs. VII/VI a.C.

Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1983) aceita a “Cultura Castreja” a partir dos sécs. VI/V a.C., aproximando-se

mais de um modelo interno, na medida em que se baseia nos elementos arquitectónicos e materiais, concretamente no elemento mais característico destes habitats, que é a casa redonda de pedra. O sistema cronológico deste autor vem ao encontro das premissas que enuncia sobre a definição de “cultura” que deve definir-se mais pela configuração do seu habitat e pela forma e organização das casas e espaços, do que por uma especificidade de artefactos ou formas de enterramentos, ainda que existam em muitos castros testemunhos de ocupação “pré-castreja” correspondentes ao Bronze Final.

Outros, como Armando Coelho (SILVA, 1986), e a partir das datações mais antigas dos povoados da Sra. da Guia (Baiões) e do Coto da Pena (Caminha) fá-la remontar ao Bronze Final e coloca a sua formação no séc. X a.C., coincidindo com o desenvolvimento da metalurgia do Bronze no Noroeste. Este autor (1983 e 1986) parte de uma perspectiva migracionista de populações e do afluxo de várias influências (continentais e meridionais) que se reflectem na cultura material dos habitats (tal como acontece ao estabelecer a data de 500 a.C. para o início da sua segunda fase).

Manuela Martins (1990) ao contrário de outros autores que partem de estudos macro-espaciais, toma por base o estudo micro-regional no vale do Cávado, nos povoados de S. Julião, Barbudo e Lago. A primeira fase do Bronze Final assinalaria uma coexistência de povoados fortificados e povoados abertos durante os primeiros séculos do I milénio a.C., tendo em conta as cronologias do Coto da Pena (Caminha), S. Julião e Barbudo (Vila Verde) e Bouça do Frade (Baião). No entanto, apesar desta aparente continuidade, recorda o abandono de povoados nesta altura, sem conhecerem uma evolução cultural na Idade do Ferro, como Penalba (Pontevedra), Penarrubia (Lugo) ou Sra. da Guia (Baiões) (MARTINS, 1990). Só a partir dos séculos VII/VI a.C. e II a.C. se adoptaria definitivamente um novo modelo de habitat associado a uma reorganização defensiva dos povoados (MARTINS, 1990: 135 e137). O agrupamento das populações

em lugares estratégicos ligada a uma alteração na organização espacial seria visível entre os séculos I a.C. e meados do séc. I d.C. No entanto, a autora assinala para esta fase uma visível contradição onde diferentes tipos de povoados coexistem no mesmo período cronológico. Povoados que são diversos na sua estrutura, na sua importância geo-estratégica e provavelmente na sua organização económica e social (MARTINS, 1990: 150). Por outro lado, reforça a ideia de que a “fixação de etapas de desenvolvimento de uma “cultura” constitui sempre um artificialismo”. Segue ainda dizendo que “os esquemas evolutivos e cronológicos propostos mais recentemente para a “cultura dos castros” mantêm uma base controversa” (1990: 27). Por outro lado, ainda de acordo com esta autora, a ideia de que essas balizas são válidas para toda a região do NO, de uma forma geral, só poderá ser demonstrada (o que ainda não aconteceu) por trabalhos sistemáticos de âmbito regional.

Jorge de Alarcão (1992) numa perspectiva macro-espacial e macro-temporal da “cultura castreja” e baseado em novos argumentos – linguísticos, onomásticos, culturais e étnicos – estabelece limites geográficos diferentes dos tradicionais e faz corresponder a área da “cultura castreja” à área galaico-lusitana, que compreende o norte do país acima do Douro, o litoral até ao Vouga e o interior que, ultrapassando o Tejo, engloba o NE alentejano (ALARCÃO, 1992: 39). Também este autor faz recuar esta cultura ao Bronze Final.

Posto isto, verifica-se hoje em dia que a Cultura Castreja, enquanto tipificada como tal, continua a ser uma problemática que divide opiniões. Os autores partem de critérios distintos e valorizam características diferentes para estabelecer os marcos cronológicos e geográficos desta cultura.

3. ENQUADRAMENTO ARQUEOLÓGICO

O castro de Sabroso está implantado sobre um esporão montanhoso (277 m), virado ao vale do Ave, usufruindo de uma

ampla visibilidade¹. Trata-se de um povoado fortificado datável da Idade do Ferro, enquadrando-se, pelas suas estruturas arquitectónicas, na Cultura Castreja do NO português, enquanto tipificada como tal.

No castro convergem, administrativamente, as freguesias de Longos, Sande e S. Salvador de Briteiros do concelho de Guimarães (Est. I, fig. 1 e 2).

3.1. Arquitectura

3.1.1. Estruturas defensivas

As estruturas defensivas circunscrevem-se a uma cintura de muralha que rodeia o castro na sua totalidade. Trata-se de uma muralha em talude, que serve de defesa e, ao mesmo tempo, sustenta as terras do planalto em que assenta o castro. As dimensões oscilam entre os 3 a 5m de altura e os 4m de largura, em alguns pontos da cintura (CARDOZO, 1976: 61). A muralha sofreu, contudo, algumas alterações ao longo da ocupação do povoado (Est. II, fig. 1 e 2).

A muralha inicial, com a entrada a Norte, ocupava apenas o cimo do monte, aproveitando os afloramentos graníticos a Sul. (HAWKES, 1958) (Est. II, fig. 2). Apresentava duas faces regularizadas de grandes blocos, preenchida no interior por um aglomerado de pedras, sem barro ou saibro a ligá-las e assentava em rocha natural (SILVA, 1986: 31) (Est. II, fig. 1). Posteriormente fez-se uma alteração e reforço da muralha, sobretudo da face exterior e em alguns troços com sapata saliente, assente na rocha natural (a uma profundidade maior), tendo sido construída em aparelho poligonal, visível em grande parte do circuito da muralha do núcleo primitivo (Est. II, fig. 2). Nesta segunda fase de construção, a entrada passa a fazer-se a SO, junto dos afloramentos (HAWKES, 1958). Já na última fase de ocupação do castro, o circuito defensivo sofreria a última alteração, mais concretamente um alargamento para Sul e Este, de modo a fechar a extensão da plataforma do monte. A muralha desta fase é do tipo da de Briteiros (SILVA, 1986: 31). A

¹ Carta Militar de Portugal dos SCE, folha 70 (Braga), Esc. 1:25 000.

entrada fazia-se a SE por um corredor em forma de cotovelo (HAWKES, 1958) (Est. II, fig. 2).

3.1.2. As estruturas domésticas

As estruturas habitacionais do castro são em pedra, todas elas detectadas aquando das escavações de M. Sarmento² – 35 casas, 29 no tabuleiro superior Norte (área que corresponde ao perímetro da muralha mais antiga) e 6 no tabuleiro inferior Sul que se dispersam por toda área e apenas no interior da muralha (Est. I, fig. 2). As casas são de forma circular e, aparentemente, apenas uma casa tem vestíbulo, ou “patas de caranguejo”, estando ausentes as casas de planta rectangular. Algumas casas tinham os pisos de lareira decorados com círculos impressos (SARMENTO, 1909: 13) e as ombreiras das portas decoradas com motivos idênticos aos das casas de Briteiros e dos utilizados nas “pedras formosas”. Regista-se a presença de muros de pedra dispersos por toda a área, mas sempre associados às habitações, assim como pequenas praticas ladrilhadas a rodea-las (Est. I, fig. 2).

Durante as escavações de M. Sarmento apareceram umas placas de xisto, trabalhadas no bordo, que o autor supõe tratar-se da cobertura de algumas casas (SARMENTO, 1909: 6).

No entanto, surge-nos a dúvida de saber até que ponto todas as casas são contemporâneas. As da primeira fase não são seguramente contemporâneas das construídas na fase de alargamento da muralha. Mesmo assim as casas do primeiro circuito terão sido todas elas construídas ao mesmo tempo? Provavelmente não. Visto que as duas primeiras fases de ocupação duraram mais de três séculos (SILVA, 1986), temos de considerar que novas casas devem ter sido construídas, assim como reconstruídas e mesmo destruídas. Não podemos esquecer, contudo, que a cronologia destas habitações é difícil de precisar,

² Não podemos esquecer que o castro foi escavado por Martins Sarmento, no século passado e que as suas escavações carecem de métodos stratigráficos rigorosos, o que portanto não permite aferir a escavação de todas as casas do castro. No entanto, pelos relatórios do autor supomos que foram, umas mais que outras.

sendo portanto impossível determinar se terão existido outro tipo de estruturas habitacionais, quiçá de materiais perecíveis.

3.2. Cultura Material³

Dos materiais arqueológicos recolhidos, a cerâmica é o material predominante. A descrição dos materiais cerâmicos aqui apresentada e as suas fases cronológicas reporta-se aos trabalhos realizados por Armando Coelho, Teresa Soeiro e R. Centeno (1981). No entanto, não podemos esquecer que se trata de espólio resultante de uma sondagem junto à muralha, ou seja, uma amostra muito reduzida daquele que teria sido o verdadeiro espólio e riqueza deste castro.

As camadas mais antigas (500-200 a.C.) fornecem cerâmica manual de pastas pouco micáceas e de formas, na sua maioria, de colo vertical. Os estratos datáveis entre 200-138 a.C. oferecem cerâmica micácea feita a torno lento e com decorações incisas pobres e pouco definidas. Nos estratos seguintes a cerâmica é, na sua maioria, feita à roda e muitas vezes acabada à mão, com superfícies alisadas ou polidas. Alguns fragmentos apresentam decoração incisa. Predominam as formas de perfil em S e os vasos médios são em maior número. Os estratos do último período oferecem vasos feitos à roda com o domínio das grandes talhas com fundos reforçados, vasos de asa interior, copas e púcaros de perfil em S de vários tamanhos. Alguns fragmentos apresentam decorações incisas e estampadas. Regista-se ainda o aparecimento de um fragmento de pança de ânfora (um dos poucos vestígios romanos).

Na decoração desta cerâmica o tema predominante é o triângulo. Aparecem também motivos idênticos aos encontrados na Citânia de Briteiros, se bem que esporadicamente, como os círculos dispostos em pirâmide.

Os materiais metálicos de que temos conhecimento são provenientes das escavações levadas a cabo por Martins Sarmiento (1907-1909). Registam-se: uma bracelete de bronze –

³ Os materiais referidos encontram-se expostos no Museu da Sociedade Martins Sarmiento.

datável da fase IIA de Armando Coelho (SILVA, 1986: 211), fragmentos de argolas de bronze, de alfinetes e de agulhas, fragmentos de chapas de bronze, duas delas decoradas, machados votivos de bronze (idêntico a outro encontrado na Citânia de Briteiros), um anel de bronze, enxadas de ferro, uma espécie de foice em bronze, dois fragmentos de broches de bronze, fíbulas de bronze e ferro. Foi exumada também uma moeda (mais um dos poucos vestígios romanos) que será republicana (244 a.C) (CARDOZO, 1976).

Dos materiais líticos, também das escavações de M. Sarmiento foram exumadas várias mós de pedra, machados de pedra polida e pesos de tear ou de redes de pesca em granito. É de registar o aparecimento de utensílios em sílex (lâminas e outros fragmentos) e talvez uma ponta de seta em sílex (SARMENTO, 1909: 12). No entanto, não são contemporâneos do castro. Provavelmente serão do Neolítico ou Calcolítico.

Apareceram ainda fragmentos de contas de vidro; uma cabeça de “berrão” e outro fragmento de focinho de “berrão” (SARMENTO, 1907: 43). Foram encontrados ainda muitos cossoiros de cerâmica, um deles decorado.

3.3. Fases de ocupação e cronologia do Castro de Sabroso

A cronologia do Castro de Sabroso apresenta-nos algumas dificuldades que se prendem com as primeiras escavações ali realizadas por Martins Sarmiento, no início deste século. Estas carecem de um método científico propriamente dito e, por conseguinte, de uma estratigrafia que nos permita avaliar com maior rigor a evolução cronológica e ocupacional do povoado. Deste modo, estabelecer uma diacronia apoiada por datações absolutas é-nos impossível. Apenas uma datação relativa foi possível graças aos trabalhos realizados posteriormente por Hawkes (1958) que tomaram em conta a evolução da construção da muralha e sua tipologia e as sondagens de Armando Coelho juntamente com Teresa Soeiro e Rui Centeno (SOEIRO et alii, 1981) que permitiram estabelecer uma relação entre as camadas estratigráficas, respectivos materiais arqueológicos e as fases de construção da muralha (Est. II, fig. 1 e 2).

A primeira fase está relacionada com a construção da muralha inicial (MUR A⁴) e o espólio exumado integra este castro na fase IIA do referido autor para a Cultura Castreja no NO (SILVA, 1986), portanto, entre 500 e 200 a.C. Hawkes, contudo, coloca esta fase nos séculos III/II a. C. A segunda fase (MUR B) situa-se entre 200 e 138 a.C. (embora Hawkes a considere posterior à última data), coincidindo com a reformulação da muralha em que se aplicou um aparelho poligonal e se colocou a entrada a SO. A morfologia e decoração do espólio ceramológico exumado integra esta fase na fase IIB deste autor. No período final de ocupação, que não entra na fase IIIB deste autor, procedeu-se ao alargamento da muralha para Sul. Fase que deveria atingir a época de Augusto, altura em que o Noroeste peninsular sofreu a organização administrativa deste imperador. Na opinião de Hawkes esta fase representa, supostamente, um período de calma militar, favorável ao crescimento do povoado entre 90 e 30 a.C. (HAWKES, 1971). No entanto, num trabalho posterior este autor afirma que Sabroso terá sido abandonado após a conquista da Galécia e das Astúrias por Augusto, antes de 26-25 a.C. (concordando portanto de certa forma com Armando Coelho) (Est. II, fig. 1 e 2).

A fase inicial do castro começaria – segundo os autores que o estudaram – por volta de 500 a.C. Coloca-se aqui a hipótese de este ser anterior a esta data. Para tal, baseamo-nos no facto dos trabalhos de M. Sarmiento (1907-1909) se circunscreverem à escavação superficial do castro e quase unicamente às estruturas pétreas (casas, muros, muralhas). Existem excepções. Apenas duas ou três casas foram escavadas até uma profundidade de 2,50m. Precisamente nestes locais apareceram estruturas, muito frágeis, de pedra miúda ligadas por argamassa a níveis inferiores, que M. Sarmiento não soube definir concretamente (SARMENTO, 1907: 119). Na sondagem de 1981 (SOEIRO et alii, 1981) também se aponta para a

⁴ Terminologia usada por Armando Coelho Ferreira da Silva (1986).

hipótese da existência de estruturas de materiais perecíveis anteriores, baseada na opinião de Cuevillas. Como carecemos de estratigrafia torna-se difícil avaliar a antiguidade destas estruturas. Por outro lado, pelo relato das escavações, sabemos que teriam aparecido nas encostas do monte uns fragmentos de cerâmica Tipo Penha. Temos que admitir, contudo, a possibilidade de estes relatos não serem fidedignos. Talvez se tratassem de fragmentos com decoração idêntica à encontrada no interior do castro, que parece apresentar características semelhantes com as cerâmicas referidas. O motivo dos triângulos e as bandas com linhas horizontais é o mesmo, mas as incisões são menos profundas. De qualquer modo também Carlos A. Ferreira de Almeida (1974) refere um fragmento de cerâmica de Sabroso, inserindo-o no seu Estilo A, de tradição Tipo Penha. Teria existido uma continuidade de ocupação deste local? Estas são questões que sem dados estratigráficos se tornam quase impossíveis de precisar.

Uma outra questão prende-se com o abandono do castro. Sabemos que foi feito um alargamento da muralha por volta de 138 a.C., mas pouco tempo depois, antes das reformas administrativas de Augusto, o castro seria abandonado. Neste período, verifica-se a emergência dos povoados centrais associado a um fenómeno aglutinador das populações. Poderíamos colocar a hipótese de a população do castro de Sabroso se ter deslocado para a Citânia de Briteiros, que sofre nesta altura um reordenamento urbanístico e um alargamento das muralhas. Assim como terá acontecido noutros locais.

No entanto, apesar das novas informações que estes autores nos proporcionam, urge um estudo completo dos materiais ali recolhidos aquando das primeiras escavações ou mesmo novas sondagens arqueológicas que permitam, através de análises de C14, avaliar com rigor a cronologia do povoado.

3.4. Povoados fortificados da área envolvente do castro de Sabroso.

Achamos fundamental registar os povoados fortificados⁵ da área envolvente do castro (Est. III, fig. 1), de forma a compreendermos melhor a sua implantação geográfica e cronológica, visto este trabalho tratar-se de uma análise espacial do mesmo.

Do castro de Sabroso atinge-se uma ampla visibilidade, podendo alcançar-se os castros da Citânia de Briteiros a 2km de Sabroso, de Sta. Marta (Falperra, Braga), de S. Tiago (Penselo, Guimarães), o do Monte de S. Bartolomeu, do Couto ou Pena Cobertoura (S. Clemente de Sande, Guimarães). A visibilidade para o castro de Sta. Iria (Donim, Guimarães) é cortada pelo monte da Citânia. Os castros referidos são os de maior altitude (entre os 300 e os 500m), que se destacam na paisagem. Têm uma posição idêntica à da Citânia de Briteiros, quase sempre ocupando os pontos mais altos dos montes e de elevado nível de visibilidade.

Os castros do Penedo da Cabeça (S. Torquato, Guimarães), de Montezelo (Sta. Leocádia de Briteiros, Guimarães) e Pedrais (Longos, Guimarães) encontram-se a cotas relativamente idênticas às de Sabroso. É curioso verificar que os dois últimos se encontram a uma distância muito curta um do outro, cerca de 500m em linha recta e a cerca de 1km de Sabroso. Tratam-se de pequenas elevações ou esporões. Estes dois podem ser avistados de Sabroso. A cotas bem mais inferiores situados em pequenas plataformas de encosta e muito próximos de linhas de água, localizam-se os castros de Sever (S. Clemente de Sande, Guimarães) e Torre (Sta. Leocádia de Briteiros, Guimarães) que também pode ser vistos de Sabroso (Est. III, fig. 1 e 2).

4. ANÁLISE ESPACIAL DO CASTRO DE SABROSO

4.1. Fundamentos teóricos da análise espacial

⁵ Os povoados fortificados ou castros a que nos referimos são o resultado do inventário de Armando Coelho (1986) e de trabalhos de prospecção realizados pela autora no Concelho de Guimarães.

A teoria da análise espacial diz respeito ao estudo da relação entre a comunidade humana e o meio ambiente, entre um povoado e o território que o envolve, potencial detentor de recursos de exploração vitais à sobrevivência de um grupo. Esta teoria foi aplicada à arqueologia por Vita Finzi e Higgs (1970) e Jarman (1972), permitindo a definição de territórios teóricos de exploração de um povoado (área que seria habitualmente explorada pelos seus habitantes). Este modelo baseia-se em duas ideias fundamentais: no “modelo radial” de Chisholm, em que um povoado localizar-se-á num local ideal relativamente às fontes de subsistência; e no princípio do “mínimo esforço e mínimo risco” de Zipf. Ou seja, parte-se do pressuposto que os custos de produção aumentam ou diminuem tendo em conta a distância, em tempo, a que estão os recursos do povoado.

Para este estudo, e partindo sempre do factor tempo-distância, base deste modelo teórico, tomamos o modelo de Bailey e Davidson (1984) que permite a definição de territórios com maior objectividade mediante as curvas de nível dos mapas topográficos.

Todavia, é fundamental referir que esta análise apresenta limitações inerentes a um modelo teórico. Por um lado, temos que ter em conta que existe uma série de factores na demarcação dos territórios que não podemos prever como: os métodos empregues para explorar os recursos, que podem ter variado; a tecnologia disponível; o terreno em que se encontram os recursos; o modo de andar de cada um; o possível uso de animais de carga; as dificuldades do terreno. Por outro lado, este tipo de modelos, não tendo em conta que existem economias complexas, encara um povoado como um sistema fechado, cuja implantação em determinado local se deve unicamente a preocupações económicas, negligenciando as relações Homem-Homem. “A competição entre grupos com povoados diferentes seguramente influenciou a redução dos seus respectivos territórios, ao passo que vários possuem outros comuns que se sobrepõem entre si” (FERNÁNDEZ MARTÍNEZ e RUIZ ZAPATERO, 1984).

Posto isto, a análise dos “territórios teóricos de exploração” de um povoado deve ser entendida apenas como um instrumento de trabalho e não como um método absolutamente seguro. É um meio que nos permite compreender a implantação de um povoado e a distribuição de vários povoados, assim como a forma como o Homem se relaciona com o meio que o envolve. Mas terá, forçosamente, de ser complementada com a interpretação dos dados arqueológicos provenientes do interior e exterior do povoado. Por último, a análise espacial deverá estar associada a um estudo das áreas de influência (que têm um carácter mais amplo, não estritamente de sobrevivência, e diz respeito à área donde procedem os materiais achados no povoado, como as matérias primas) num contexto regional, o que permitirá identificar as relações existentes entre várias comunidades, visto que podem partilhar a mesma área de influência (DAVIDSON e BAILEY, 1984).

4.2. Territórios teóricos de exploração do Castro de Sabroso

Através do modelo teórico de análise espacial, acima apontado, foram traçados para o castro de Sabroso, os territórios de 15, 30 e 60 minutos⁶.

O território de 15 minutos (Est. IV, fig. 1 e 2) tem uma área de 45ha e corresponde ao topo de uma pequena elevação em esporão (277 m), estando o povoado implantado no ponto mais alto. O restante território ocupa as vertentes desta elevação que têm um declive bastante acentuado a SO, NO e SE (Est. IV, fig. 1 e 2; V, fig. 1 e 2), atenuando-se no limite. A vertente NE forma uma espécie de planalto, prolongamento do monte, de declive muito suave.

A capacidade de exploração de recursos nesta área é bastante limitada. Esta área resume-se a uma relativa densidade de vegetação. Além do pinheiro e eucalipto que são espécies

⁶ Os cálculos dos territórios teóricos de exploração seguiram o método das curvas de nível e foram efectuados a partir da Carta Corográfica de Portugal, 1:50 000, Folha 5-D (Braga), 1989, do Instituto Geográfico e Cadastral (a equidistância das curvas de nível é de 25m).

mais recentes, os poucos carvalhos e sobreiros que ainda subsistem, nas encostas junto ao castro, representam os últimos vestígios daquilo que teria sido a verdadeira vegetação da altura. Esta teria proporcionado o aproveitamento da sua madeira e a recollecção de frutos silvestres. Os relatos de M. Sarmento (1878) das escavações revelam o aparecimento de bolotas carbonizadas. A Carta de Capacidade de Solos⁷ (Est. VI, fig. 1 e 2) vem, de certo modo, comprovar a ideia de que esta área se destinaria quase exclusivamente à exploração dos recursos vegetais e à pastorícia. Quase toda a área é ocupada por solos sem aptidão para a agricultura e com aptidão para a floresta de exploração e/ou silvo-pastorícia de grau moderado (AO F2), ocupando cerca de 42.5ha, ou seja, 94% da área. Apenas 6% (2.5ha) do território tem capacidade para uma agricultura marginal (A3 F1) a SE, zona de menor declive e próximo de linhas de água (Est. V, fig. 1 e 2). Os recursos hidrográficos, por sua vez, são bastante limitados, visto que apenas três linhas de água têm aí nascente (Est. V, fig. 1). Por outro lado, os recursos geológicos – todo o território é dominado pelo granito não porfiróide de grão fino (Tgf) (Est. VII, fig. 1 e 2) – compensariam até certa medida as limitações anteriores. Os afloramentos graníticos abundam. Riqueza que teria, a nosso entender, constituído a fonte de matéria prima indispensável para a construção das estruturas pétreas existentes no castro, contribuindo para a diminuição dos custos, tempo e força empregues. Encontrava-se ali mesmo, ao alcance de todos!

O território de 30 minutos (Est. IV, fig. 1 e 2) tem uma área de 365 ha e apresenta um relevo de planalto a NE, SE e SO (nestes últimos pontos devido à proximidade do Rio Ave, a pouco mais de 1km). A NO o relevo atinge cotas superiores nas encostas de Montezelo. Estas pendentes facilitam o acesso a esta área (Est. V, fig. 2).

⁷ Carta de Aptidão de Solos. Região Entre Douro-e-Minho. Folha 5-Braga. Esc. 1:100 000. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (foi reproduzida para a Esc.1: 50 000).

Aqui os recursos são mais variados. A vegetação continua a ser dominada pelos pinheiros e eucaliptos mas a concentração é menor relativamente ao território anterior. Os afloramentos graníticos estão mais dispersos e são em menor quantidade, o que nos leva a concluir que a exploração de pedra seria feita apenas no território de 15 minutos e bem próximo do castro, onde o transporte era mais fácil e o tempo gasto e esforço menores. As linhas de água são agora em abundância. Os braços da ribeira da Canhota e dos rios de Paus e da Agrela (Est. V, fig. 1) terão desempenhado um papel relevante na economia desta população, não em termos de exploração piscícola, facto pouco provável devido à sua envergadura, mas por serem bons irrigadores de solos. Os declives atenuam-se, as linhas de água proliferam e os solos tornam-se mais aráveis. Na parte ocidental desta área, os solos são de aptidão para a floresta e/ou silvo-pastorícia (AO F2) e ocupam uma área elevada, cerca de 165 ha (45%) (Est. VI, fig. 1 e 2), estando virados à zona de montanha, a NO e SO (fim do esporão onde assenta o castro). Na parte oriental, existem solos propícios à agricultura marginal (A3 F1), que ocupam uma área de 80 ha (22% do território). Nos limites, a NE, SE, SO e Oeste, pequenas áreas de solos propícios a uma agricultura moderada (119ha que correspondem a 33% da área total) assentam sobre relevos suaves, coincidindo com as linhas de água e a Este e NE com o aluvião do rio da Agrela. Se fizermos uma comparação com a actualidade, verificamos que é precisamente nestas áreas que se localizam os campos de cultivo actualmente, alguns já abandonados.

O território de 60 minutos tem uma área de 1825ha com relevos pouco acentuados (Est. IV, fig. 1 e 2). Os relevos de vale continuam a ser a Este, SE, Sul e SO, agora completamente definidos devido à proximidade do rio Ave. A Oeste e SO o território alonga-se, entrando pelos planaltos baixos, rodeados por montes de elevadas altitudes – Sta. Marta da Falperra, Outinho e Sta. Leocádia de Briteiros. Poderia ser uma forma de compensar os terrenos mais montanhosos a NO (encosta do Monte do Pedraco, prolongamento da Serra do Lombão), de

difícil acesso e pouco propícios a uma agricultura rentável. Este alongamento, por seu turno, é bem drenado pela grande quantidade de linhas de água do Rio de Paus (que atravessa o território na parte ocidental) (Est. V, fig. 2). Aliás todo o território se encontra profundamente drenado por um elevado número de linhas de água, ribeiras e rios: pela Ribeira da Canhota e seus “afluentes” a Sul e pelo Rio da Agrela que atravessa a zona oriental. Atendendo à envergadura deste rio e do Rio de Paus poderíamos supor que fossem aproveitados para actividades piscícolas, nas zonas de maior caudal (supostamente em tempos o tiveram) (Est. V, fig. 1). Quanto ao Rio Ave, que serve de limite ao território, poderemos já opinar com maior segurança que terá tido importância na actividade económica desta população, pelo facto de ser o grande responsável pela fertilidade dos campos de cultivo, que ainda hoje dominam a paisagem oriental do castro, além da pesca que poderia ser, seguramente, praticada. Este território continua a ser coberto por pinheiros, eucaliptos e alguns carvalhos e sobreiros esporadicamente. As restantes manchas de vegetação são ocupadas por plantas rasteiras e sobretudo por campos de cultivo junto do Rio Ave e dos seus pequenos afluentes. Note-se, contudo, que alguns campos, a Este, encontram-se abandonados actualmente, talvez por assumir, em algumas zonas, um carácter pantanoso. No entanto, pelo grau de dispersão cada vez maior desta vegetação, exceptuando a zona montanhosa a NO, faz-nos colocar a hipótese da exploração da floresta e da recollecção se circunscrever essencialmente ao território de 15 minutos. Isto não quer dizer que o panorama da pastorícia fosse o mesmo. Esta, muito provavelmente seria praticada tanto nas zonas montanhosas e encostas como no vale, dependendo do tipo de animais. Em termos geológicos, o território é um verdadeiro mosaico (Est. VII, fig. 1 e 2). Temos o granito não porfiróide de grão fino e o granito porfiróide de grão grosseiro a médio. As manchas de aluvião correspondem às ribeiras e rios mencionados. A NO existe uma mancha de xisto (corneanas pelíticas e quartzofeldspáticas) e outras muito pequenas, quase

insignificantes, a Este, SO e SE. Estas sobretudo a de maior dimensão a NO, fazem-nos pensar que as placas de xisto (com uma espécie de rebordo polido e interpretadas como telhas?!) encontradas aquando das escavações de M. Sarmento (1878) poderiam ser provenientes desta área. Esta mancha, segundo a nossa interpretação, corresponderia a uma zona de pastoreio, de recollecção e de exploração da floresta, ou mesmo de agricultura tornando-se, portanto, mais fácil o acesso ao xisto e menos dispendioso, visto que os habitantes já se deslocariam até aí para aqueles fins. Os xistos, que afloram no Monte de Sta. Marta da Falperra (Oeste), no limite do território, mas já fora dele, poderão ser outra hipótese, uma vez que são de mais fácil acesso, embora estejam mais distantes. Há ainda a apontar uns filões quartzos muito pequenos. Contudo, como não foram encontrados quaisquer vestígios de instrumentos feitos em quartzo durante as escavações ali realizadas, não poderemos inferir a utilidade que poderia ter para a população. Quanto à capacidade dos solos, cerca de 63% (1143ha) da área é ocupada por solos com aptidão para a agricultura moderada (A2 F1), notando-se que a maior parte desta percentagem corresponde aos terrenos de vale fortemente irrigados pelas principais linhas de água – Ribeira da Canhota, Rio de Paus, Rio da Agrela e Rio Ave (Est. VI, fig. 1 e 2). Os solos de maior aptidão agrícola correspondem a uma área de apenas 152,5ha, ou seja, 8% da área total do território. Compreendem duas pequenas manchas junto ao Rio Ave, coincidindo com terrenos de aluvião (A1 F2) e a uma grande mancha na parte ocidental do território (A1 F1). Esta é precisamente delimitada pelas linhas de água do Rio de Paus e segue o alongamento do território a Oeste defrontando-se, no limite, com a cadeia de montes da Falperra. O restante território é ocupado por duas manchas de 220ha, na totalidade, o equivalente a 12%, cujos solos têm uma aptidão para a agricultura marginal: uma mancha (A3 F2) situa-se a NO, na zona contraída do território devido à proximidade dos montes, aproveitando as plataformas da Eira Velha e as linhas de água; a outra (A3 F1), a NE, corresponde a terrenos de vale e coincide

também com linhas de água. Contígua a esta, uma mancha que se estende nas encostas próximas ao Monte de S. Romão (onde fica a Citânia de Briteiros) e com solos com aptidão para a floresta e ou silvo-pastorícia de grau moderado (AO F2). Outra do mesmo tipo ocupa a parte central ocidental. Ambas têm uma área de 262,5ha, cerca de 15% da área total (Est. VI, fig. 1 e 2).

4.3. Análise dos territórios teóricos de exploração

4.3.1. Análise da capacidade de sustentação. Recursos necessários.

Sabemos da prática da agricultura das populações castrejas pelos materiais arqueológicos exumados, bem como pelos vestígios de espécies vegetais cultivadas que provêm das escavações e pelas análises polínicas destes vestígios. Devido a vários estudos efectuados sabemos hoje que as espécies mais frequentes da Idade do Ferro na Europa teriam sido, dentro do grupo dos cereais: o trigo, o centeio, a cevada, o painço, algumas destas bem patentes no Coto da Pena, Amarante, Baiões, Cameixa, Torroso (CARBALLO ARCEO, 1990).

No castro de Sabroso será impossível, neste momento e com os dados disponíveis, inferir o tipo de plantas cultivadas e em que quantidade. De qualquer modo, tomando como instrumentos os dados da Carta de Capacidade de Solos, os resultados das escavações e estudos associados sobre o castro de Sabroso, tentaremos chegar a algumas conclusões hipotéticas sobre o aproveitamento agrícola e animal dos territórios de exploração deste castro.

De acordo com os cálculos efectuados, o castro de Sabroso, na última fase já com o alargamento da muralha, tem de área cerca de 1,9ha. Na fase inicial teria apenas 0,7ha (primeira muralha). Dentro da área total albergava apenas 35 casas, 29 dentro da muralha inicial (1ª fase) e 6 dentro da última fase da construção da muralha (3ª fase). Através deste número de casas fizemos uma estimativa da população do castro. Sabemos que cada casa tinha, em média, 4,70m de diâmetro (SARMENTO, 1909: 135). Isto dá-nos uma área coberta de

605,5m², tendo em conta que a área de cada casa seria aproximadamente de 17,3m² (ALARCÃO, 1992).

Por estes cálculos chegámos a uma população de 135 habitantes, o que dá uma média de 4 habitantes por casa. Poderá parecer um número muito reduzido de habitantes se atendermos à área total do castro (1,93ha). No entanto, não deveremos negligenciar o facto de só existirem 6 casas no tabuleiro inferior, zona para onde foi alargada a muralha por volta de 138 a.C. (SILVA, 1986 e HAWKES, 1958). Também aqui o número de casas é reduzido para a área delimitada pela segunda muralha (1,2ha). Isto leva-nos a colocar uma questão. Por que razão teriam alargado o castro se construíram ali apenas 6 casas? Ora se atendermos à implantação do castro verificamos que o terreno apresenta declives que não proporcionam grandes obras edificadoras (Est. I, fig. 2; Est. II, fig. 2) (HAWKES, 1958). Por outro lado, teria a população de Sabroso aumentado assim tanto que justificasse um alargamento da área? De facto, os números não parecem apontar para esta necessidade, na medida em que corresponderia a 23 habitantes. Poderemos ser levados a pensar que a intenção inicial estaria relacionada com um possível aumento do número de habitantes, visto que a plataforma superior estaria “congestionada” em termos populacionais. Todavia, posteriormente, o abandono do castro teria logrado estas intenções. Estas são, contudo, hipóteses que só poderão ser confirmadas por sondagens arqueológicas e por datações de C14 que nos permitam aferir da contemporaneidade ou não das habitações.

Tendo em conta estes dados, consideramos que uma área e uma população tão reduzida não necessitaria de um território tão vasto como o de uma hora, até quando comparada com a área ocupada pela Citânia de Briteiros. Aliás, além desta se encontrar a tão curta distância (2km em linha recta), o seu território de uma hora sobrepõem-se, pelo menos, ao território de 30 minutos de Sabroso. Casos como este estão documentados em Trás-os-Montes num estudo de Sande Lemos ou na área do Cávado, nos trabalhos de Manuela Martins (1990: 212-213). Por outro lado,

apesar de algumas opiniões divergentes, que defendem uma agricultura com importância só a partir da época romana, e outros que, embora a admitam, consideram-na demasiado primitiva e com técnicas pouco desenvolvidas; outros autores supõem já uma agricultura desenvolvida durante toda a cultura castreja. Concordam, contudo, que a intensificação e o desenvolvimento tecnológico só terá acontecido a partir do séc. II a.C. (CARBALLO ARCEO, 1990). Manuela Martins (1990, 1996) a respeito disto, refere que os povoados do Iº milénio a.C., sobretudo os que se formam na segunda metade, demonstram uma tendência para se implantarem em “franjas montanhosas, com altitudes moderadas, com preferência por esporões e pequenos cabeços”, o que depreende uma aproximação cada vez maior ao fundo dos vales, proporcionando o aproveitamento de solos de aluvião (1996).

Todavia, pressupondo que a conquista de terrenos para cultivo fosse feita através de desbastes e queimadas (como demonstram os dados paleoambientais), a mesma autora, refere que este processo seria difícil de aplicar em zonas baixas de vale devido ao carácter ensopado destes terrenos, o que exigiria um trabalho manual mais intensivo, técnicas de drenagem e mesmo a utilização do arado, visto os solos serem pesados. Daí decorre que esta autora seja apologista da ideia da agricultura de vale não ter adquirido grande importância para as comunidades do Iº milénio a.C. (boa parte dele). Inclina-se, antes, para a hipótese de serem as vertentes dos esporões montanhosos os palcos de uma agricultura cerealífera, ainda que incipiente (1990). Também não podemos esquecer que os solos sofreram um acentuado processo de erosão e que a realidade com que hoje nos deparamos não corresponde, de todo, à realidade de então. Deste modo, teríamos para este período (segunda metade do Iº milénio) um panorama com uma agricultura pouco desenvolvida e de vertente coincidindo com uma época em que os povoados viviam ainda uma involução sócio-económica.

Este poderá ser o nosso caso. O castro de Sabroso, de facto, localiza-se num esporão, remate duma cadeia de

montanhas, virado ao vale do Ave, onde os solos apresentam uma fertilidade maior (embora estejamos a basear-nos na Carta de Capacidade de Solos actuais). Contudo, são solos que se encontram já no território de 60 minutos. Partindo do pressuposto que o castro não necessitaria de um território tão amplo dado o número limitado de habitantes e a proximidade da Citânia de Briteiros, que pela sua envergadura precisaria desse território, consideramos que o território de 30 minutos poderia fornecer os recursos económicos indispensáveis.

Senão, vejamos. Os dados paleoambientais para as regiões do Cávado e do Ave (MARTINS, 1996) demonstram que nas vertentes, junto dos castros, crescem os matos que poderiam ser aproveitados para a alimentação do gado e para fins construtivos. Ainda nas vertentes, mas também nas “bordaduras dos vales” teríamos uma floresta de carvalhos (*Quercus Robur*), sobreiros e alguns castanheiros que forneciam alimento para os homens (frutos silvestres) e para os animais, assim como madeira. Nas áreas envolventes dos ribeiros e rios secundários teríamos uma floresta ribeirinha, locais onde poderiam ser abertas clareiras para o cultivo de cereais.

Desta forma, consideramos que o território de 15 minutos (Est. IV, fig. 1 e 2) poderia ser utilizado para a exploração da floresta, que lhe proporcionaria a madeira (por exemplo) e para a pastorícia, visto os solos apontarem para este tipo de capacidade. Daqui extrairiam a matéria-prima para a construção das casas, muralhas e muros, como já foi referido. Na prática da pastorícia, e para este período, estariam incluídos os porcos, documentados nos castros de Trás-os-Montes, as cabras e ovelhas que assumem um papel fundamental na alimentação de acordo com as fontes escritas. Os bovinos só terão entrado na dieta alimentar destes povos nos inícios da romanização associados ao desenvolvimento de uma agricultura de vale. A recollecção nesta área, mas também no território de 30 minutos, seria de frutos silvestres como as bolotas, castanhas, amoras, mel, etc., tal como está documentado em muitos castros do NO peninsular (CARBALLO ARCEO, 1990). Esta actividade, em

nosso entender, não poderá ser considerada como secundária em primazia da agricultura, se partirmos do princípio que os habitantes praticariam uma agricultura ainda um pouco primitiva, condicionada pelos parcos e agrestes terrenos que possuíam. A enxada de ferro, e outros fragmentos, encontrados aquando das escavações de M. Sarmiento (1878) denunciam já a prática da agricultura. Mas se esta atingiu alguma intensificação terá sido já na última fase de ocupação do castro, altura de que data esta enxada (fase III de Armando Coelho) (SILVA, 1986). Outros vestígios que poderiam documentar esta actividade, também provenientes destas escavações, são as muitas mós encontradas.

No território de 30 minutos, já com linhas de relevo menos acentuadas (Est. IV, fig. 1 e 2) e com solos mais aráveis, além da recollecção e pastorícia que poderia praticar-se em todo o território, a hipótese duma actividade agrícola torna-se mais segura, tendo em conta o tipo de solos propícios a uma agricultura de grau moderado (nos limites do território) e marginal (a NE, voltados ao vale do Ave). Aqui o declive das encostas não é tão agreste como nas outras. Talvez alguma parte da agricultura fosse mesmo de socalcos, aproveitando as curvas de nível, pois os sistemas agrários do norte de Portugal, que hoje conhecemos, apresentam um carácter cuja antiguidade desconhecemos ainda.

Em termos de conclusão, os recursos que estes habitantes dispunham seriam a madeira, o granito, os frutos silvestres, o alimento para o gado essencialmente nas encostas do castro e a NO, no prolongamento do monte. O que não quer dizer que tais recursos não pudessem provir das zonas menos acentuadas. Consideramos, no entanto, que as áreas mais próximas seriam mais vantajosas, porque o tempo, força e custos gastos seriam menores. Os recursos agrícolas, nomeadamente os cereais, seriam provenientes das áreas mais férteis, favorecidas pelas linhas de água e braços de ribeiras e rios.

Posto isto, o perfil económico desta população seria agropastoril. Mas com primazia da pastorícia, em detrimento da agricultura que desempenharia ainda um papel muito reduzido.

Talvez na última fase de ocupação do castro (138-26 a.C.) tivesse adquirido maior importância. No entanto, achamos que o suposto aumento populacional não justificaria um território maior nem uma intensificação da agricultura.

Tendo em conta o carácter pastoril desta comunidade, procedemos aos cálculos do número de animais de pastoreio necessários à alimentação da mesma, baseados num estudo de J. Alarcão (1992). Estudo que se refere unicamente aos ovicaprinos. Assim, sabendo que por cada hectare teríamos 3 ovicaprinos, numa área total de 365 ha seria possível criar 1095 animais por ano. Todavia, apesar de ser necessário 60 ovicaprinos por indivíduo e por ano (ALARCÃO, 1992), de acordo com aquele número cada habitante do castro poderia dispor apenas de 8 ovicaprinos por ano. Esta média de 60 ovicaprinos foi estabelecida tendo em conta um sistema alimentar baseado no consumo de ovicaprinos. Ora os habitantes do castro de Sabroso não se alimentariam unicamente de ovelhas e cabras. Poderiam alimentar-se de outros animais, como exemplo o porco que está documentado em Trás-os-Montes. Pensamos, contudo, que não seria a carne dos animais o mais importante, mas sim os seus derivados como o leite e outras gorduras, assim como a sua pele.

Um estudo etnográfico de Jorge Dias sobre as aldeias comunitárias de Vilarinho das Furnas (Terras de Bouro) e Rio de Onor revela aspectos interessantes destas comunidades ligados à relação Homem-meio ambiente. São comunidades que dependem de um sistema de economia, em que os recursos são explorados comunitariamente. Mas o que interessa aqui referir é o aproveitamento dos recursos agrícolas e de pastoreio. A agricultura era praticada perto da povoação, nas encostas agrestes das montanhas transmontanas ou junto de rios ou ribeiras. A pastorícia era a componente mais forte desta economia e os rebanhos eram abundantes. Mas nem por isso eram consumidos desalmadamente. Durante quase todo o ano comiam apenas o que a terra lhes dava (pão, batatas, legumes) e os enchidos de carne (que faziam a determinada altura e

guardavam para sustento do ano inteiro). Somente durante as festas religiosas mais importantes, como o Natal e a Páscoa, ou por motivo de boda, se matavam os animais (cabras e ovelhas) para serem consumidos pelos habitantes da povoação. Vemos, portanto, que a carne dos animais só raramente era consumida, sendo boa parte deles para venda nos mercados. Obviamente que esta marcada pobreza e arcaísmo destas comunidades estão forçosamente associados ao tipo de meio ambiente em que estão inseridos (o interior cerrado e agreste de Portugal). Todavia, mesmo sabendo que as comunidades do Minho, na época em que o castro de Sabroso se insere, estivessem mais abertas às relações sociais e económicas – sobretudo no séc. II a.C. – poderemos tentar ver naquelas populações comunitárias uma reminiscência daquilo que poderia ter sido a economia de então. Nunca esquecendo que cada caso é um caso.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conhecemos apenas uma ínfima parte daquilo que teria sido a verdadeira riqueza do castro de Sabroso a avaliar pelos materiais exumados e pela sua relação com o meio envolvente. Urge um trabalho profundo e consciente de recuperação e valorização deste povoado que poderá não testemunhar apenas uma realidade cimentada na Idade do Ferro, mas que também poderá indicar e confirmar tendências de continuidade ou descontinuidade cultural e material.

Resta-nos dizer que as hipóteses apontadas neste trabalho, sob o ponto de vista cronológico, ocupacional e espacial (no que diz respeito á exploração do território teórico), só poderão ser comprovadas através de um estudo mais aprofundado e sobretudo através de uma revisão dos dados cronológicos apresentados e dos vestígios arqueológicos provenientes das escavações de M. Sarmento. Um estudo assim poderia trazer algumas luzes à compreensão das relações Homem-Meio ambiente que se tentou esboçar.

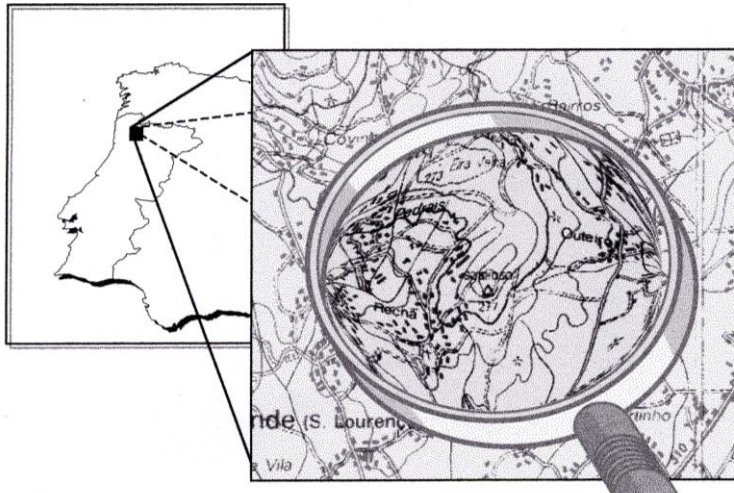


Fig. 1 – Localização do castro de Sabroso (Guimarães) no NO peninsular.

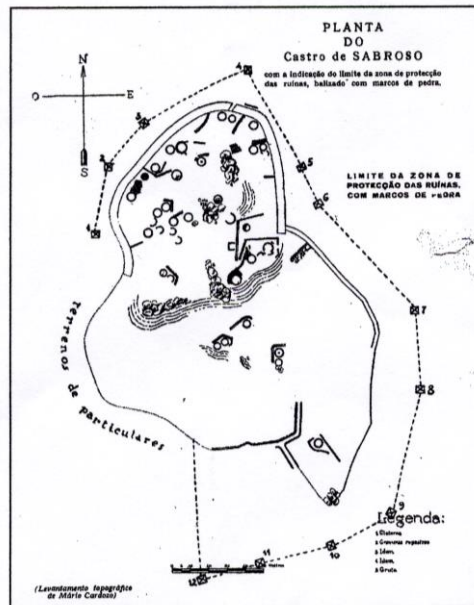


Fig. 2 – Planta do castro de Sabroso
(CARDOSO, 1976)

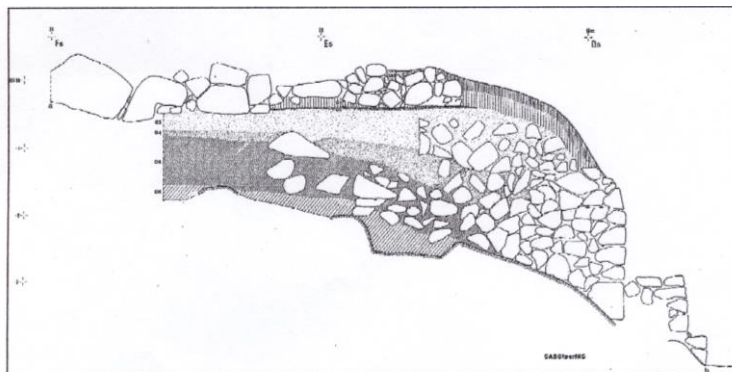


Fig. 1 – Corte da muralha do castro de Sabroso
(SOEIRO et alii, 1981 : Est. III)

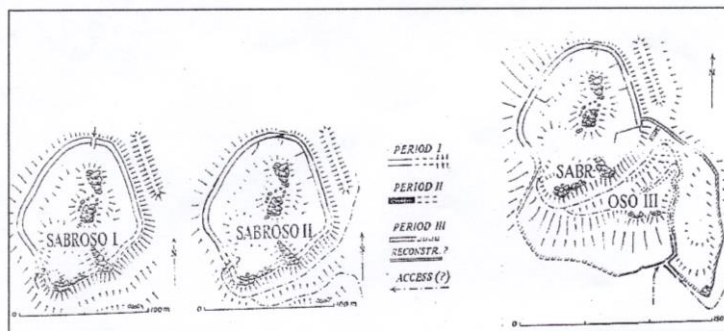


Fig. 2 – Fases evolutivas do castro de Sabroso
(HAWKES, 1958)

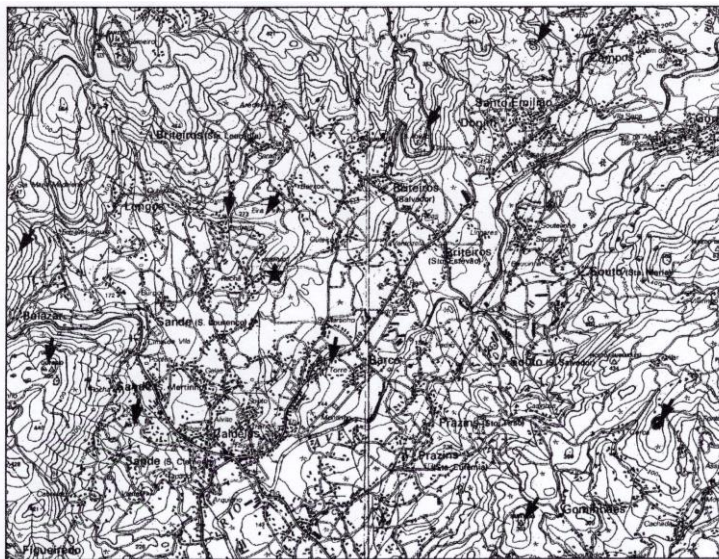


Fig. 1 – Castros da área envolvente do castro de Sabroso
(Esc. 1: 50 000)

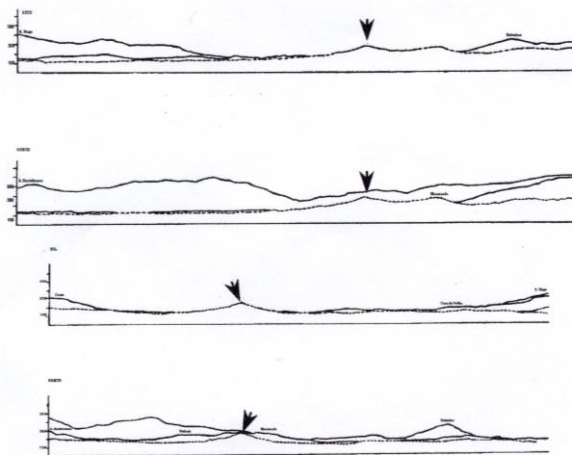


Fig. 2 – Visibilidade do castro de sabroso para
Norte, Sul, Este e Oeste (▼ Sabroso)

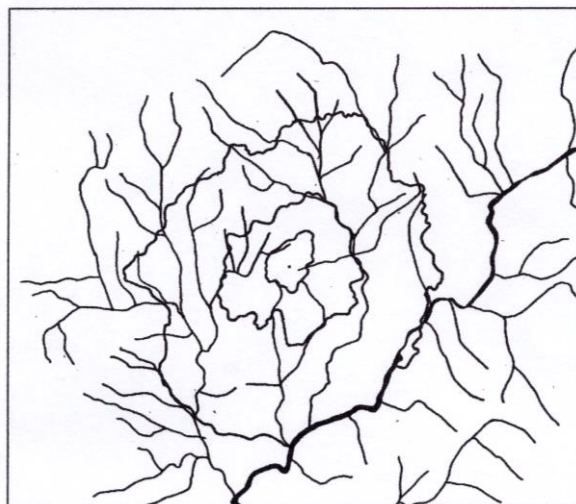


Fig. 1 – Rede hidrográfica dos territórios teóricos do castro de Sabroso
(Esc. 1: 50 000)

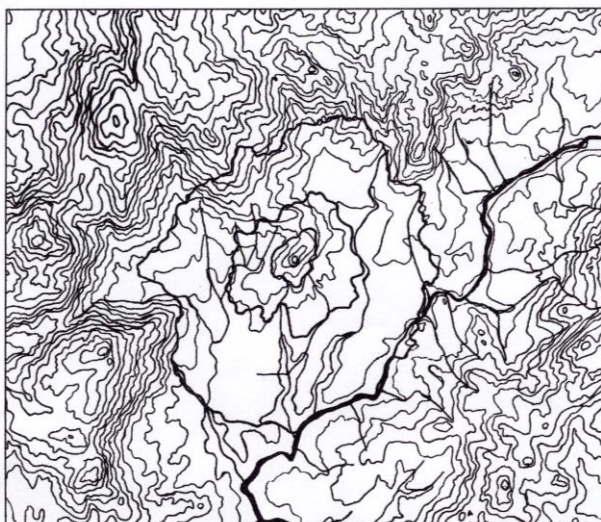


Fig. 2 – Mapa topográfico dos territórios teóricos do castro de Sabroso
(Esc. 1: 50 000)



Fig. 1 – Capacidade dos solos dos territórios teóricos do castro de Sabroso
(Esc. 1: 50 000)

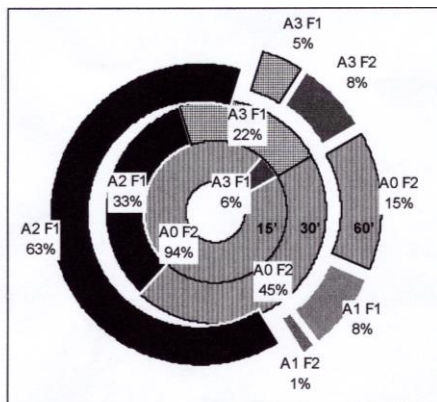


Fig. 2 – Potencialidade agrícola e cálculos de superfície dos territórios do castro de Sabroso

Símbolos:

A0 F1 / A0 F2 – solos com aptidão para a floresta e ou silvo-pastorícia de grau moderado.

A1 F1 / A1 F2 – solos com maior aptidão agrícola.

A2 F1 / A2 F2 – solos com aptidão para a agricultura moderada.

A3 F1 / A3 F2 – solos com aptidão para a agricultura marginal.



Fig. 1 – Geologia dos territórios teóricos do castro de Sabroso
(Esc: 1: 50 000)

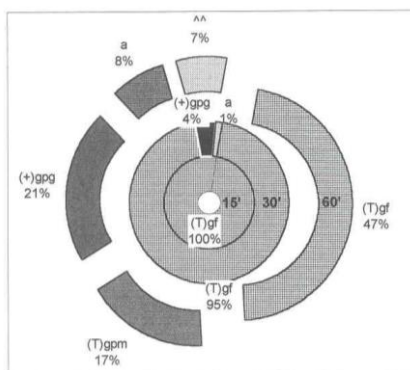


Fig. 2 – Potencialidade geológica e cálculos de superfície dos territórios teóricos do castro de Sabroso

Símbolos:

^^ – Xisto.

a – Manchas de aluvião.

(+) gpg – granito porfiróide de grão grosseiro.

(T)gpm – granito porfiróide de grão médio.

(T)gf – granito porfiróide de grão fino.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. (1992) – A evolução da Cultura Castreja, *Confimbriga XXXI*, Coimbra, 1992, pp. 39-71.
- IDEM (1996) – *Para uma conciliação das arqueologias*, Ed. Afrontamento, Porto, 1996.
- ALMAGRO-GORBEA, M.; RUIZ ZAPATERO, A. (Eds.) (1992) – *Paleoetnologia de la Peninsula Iberica. Reflexiones y perspectivas de futuro*. Complutum (2-3), Madrid, 1992, pp. 469-499.
- ALMEIDA, C.A.B. (1987) – *Proto-história e romanização da Bacia Inferior do Lima*, Porto, 1987, pp. 257-294.
- ALMEIDA, C.A.F. (1965) – O problema das casas redondas castrejas., *Lucerna* 4, pp. 196-204.
- IDEM (1969) – Algumas notas sobre o processo de romanização da zona Entre Douro e Ave, *I Jornadas de Arqueologia*, 2, Lisboa, 1969, pp. 379-388.
- IDEM (1974) – Cerâmica Castreja, *RG*, 84 (1-4), 1974, pp. 171-197.
- IDEM (1983) – Cultura Castreja. Evolução e Problemática, *Arqueologia* 8, Porto, 1983, pp. 70-74.
- IDEM (1986) – Arte Castreja., *Arqueologia* 13, Porto, 1986, pp. 161-172.
- CALO LOURIDO, F. (1993) – A Cultura Castrexa. Vigo, 1993.
- CARBALLO ARCEO, L.X. (1990) – Los castros de la Cuenca Media del rio Ulla y sus relaciones com el medio fisico. *Trabajos de Prehistoria*, 47, 1990, pp. 161-199.
- CENTENO, R.; SILVA, A.C.F. (1978) – Corte Estratigráfico na Citânia de Briteiros, *RG* 88, pp. 421-430.
- CARDOZO, M. (1976) – *Citânia de Briteiros e Castro de Sabroso. Notícia descritiva para servir de guia ao visitante*. Guimarães, 1976
- DAVIDSON, Ian y BAILEY, G.N. (1984) – Los yacimientos, sus territorios de explotación y la topografía. *Boletim del Museu Arqueologico Nacional (Madrid) II*, 1984, pp. 25-46.
- GAMITO, T. Judice (1988) – *Arqueologia Espacial em Portugal. Alguns exemplos*. *Arqueologia Espacial*, 12. 1988, pp. 17-32.
- HAWKES (1958) – Escavações no Castro de Sabroso, *RG*, 68 (3-4), 1958, pp. 446-453.
- IDEM (1971) – North – Western castros: excavation, archeology and history. *II Congresso Nacional de Arqueologia*, Coimbra, 1971, pp. 283-286.
- JARMAN, M. R. (1972) – *A territorial model for archeology: a behavioral geographical approach*, *Models in Archeology*, D. Clarke (ed.), Metuen, London, 1972, pp. 705-733.
- LOPEZ GARCIA, P. (1978) – “Resultados Polínicos del Holoceno en la Peninsula Iberica”, *Trabajos de Prehistoria*, 35, Madrid, 1978, pp. 9-14.

- MARTINEZ, V. M. Fernandez y ZAPATERO, G. Ruiz (1984) – El análisis de territorios arqueológicos: una introducción crítica. *Arqueología Espacial* 1, Teruel, 1984, pp. 55-71.
- MARTINS, M. (1990) – *O povoamento Proto-histórico e a romanização da bacia do curso médio do Cávado*. Cadernos de Arqueologia. Monografias 5, Braga, 1990.
- IDEM (1993-94) – Continuidade e mudança no Iº Milénio no N.O. Português: os diferentes cenários de representação do discurso arqueológico, “Cadernos de Arqueologia”, Série II, 10/11, Braga, 1993-94.
- IDEM (1996) – “Povoamento e habitat no Noroeste português durante o Iº milénio a.C.”, in *De Ulisses a Viriato – o Iº milénio a.C.*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, 1996, pp. 118-133.
- MARTINS, M.; JORGE, S.O. (1992) – “Substrato Cultural das Etnias pré-romanas do Norte de Portugal”. *Complutum* (2-3), 1992, pp. 347-372.
- MIRANDA, J. M.; MESEGUER, J. S.; RAMIREZ, A. (1986) – Bases para el estudio de las relaciones entre el medio geografico y los asentamientos humanos. *Arqueología Espacial*, 7, Colóquio sobre o micro- espaço. Teruel, 1986, pp. 199-208.
- MUSEU MARTINS SARMENTO (1980) – Secção de Indústria Pré e Proto-Histórica., Guia Descritivo, Guimarães, 1980.
- PEÑA SANTOS, A. de la (1992) – Genesis y desarrollo del mundo castreño a la luz de la arqueologia. *Complutum* (2-3), Madrid, 1992, pp. 373-394.
- PONTE, S. (1980) – A génese da fíbulas do Noroeste Peninsular, Seminário de Arqueologia do Noroeste Peninsular, Guimarães, (I), 2, 1980, pp. 111-119.
- REDENTOR, A. (Ed.) (1997) – Colóquio “O Iº Milénio a. C. no Noroeste Peninsular; a fachada atlântica e o interior”. *Actas. Bragança, Parque Natural de Montesinho*, 1997.
- SARMENTO, M. (1907) – Materiaes para a archeologia do concelho de Guimarães. *Sabroso, RG*, 23 (1-2), Guimarães, 1907, pp. 41-51, 53-66
- IDEM (1907) – Materiaes para a archeologia do concelho de Guimarães. *Sabroso, RG*, 24 (3-4), Guimarães, 1907, pp. 113-122
- IDEM (1909) – Materiaes para a archeologia do concelho de Guimarães. *Sabroso, RG*, 26 (1-2), pp. 5-19; (4), pp. 129-139, Guimarães.
- IDEM (1933) – *Acerca de Sabroso, Dispersos*. Coimbra. 1933, pp. 22-34.
- SILVA, A.C.F. (1980) – Organizações Gentilícias entre o Leça e o Ave. *Portugalia (N/S)*, 1, Porto, 1980, pp. 79-90.
- IDEM (1981-1982) – Novos dados sobre a organização social castreja. *Portugalia (N/S)*, 2-3, Porto, 1981-1982, pp. 84-94.
- IDEM (1983-84) – A cultura castreja no Noroeste de Portugal. *Habitat e cronologias, Portugalia, (N/S)*, 4-5, Porto, 1983-84, pp. 121-129.

- IDEM (1986) – *A Cultura Castreja no Noroeste de Portugal*, Paços de Ferreira, Museu Arqueológico da Citânia de Sanfins, 1986.
- SILVA, A.C.F.; CENTENO, R. (1977) – Sondagem Arqueológica na Citânia de Briteiros. RG, 87, Guimarães, 1977, pp. 277-280.
- SILVA, A.C.F.; VARELA GOMES, M. (1994) – *Proto-História de Portugal*, Universidade Aberta, 1994, Lisboa.
- SOEIRO, T.; CENTENO, R.; SILVA, A.C.F. (1981) – Sondagem arqueológica no castro de Sabroso, RG, 91, Guimarães, 1981, pp. 341-350.
- TEIXEIRA, C.; MEDEIROS, A.C.; MACEDO, J.R. (1973) – Carta Geológica de Portugal (1:50000), Notícia Explicativa da Folha 5-D, Braga, SGP, Lisboa.
- VITA FINZI, C.; HIGGS, E.S. (1970) – *Prehistoric economies in the Mount Carmel area of Paletine: sit catchment analysis*, Proceedings of the Prehistoric Society. Londres, 1970.

CARTOGRAFIA

- Carta Corográfica de Portugal, 1:50 000, folha 5-D Braga, Instituto Geográfico e Cadastral, 1989.
- Carta Geológica de Portugal, 1:50 000, folha 5-D Braga, Direcção de Minas e Serviços Geológicos.
- Carta de Aptidão de Solos, 1:100 000, Folha 5-Braga. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.
- Carta Militar de Portugal, 1:25 000 folhas 70 e 71. Serviço Corográfico do Exército, 1948